

Ata N.º	24/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 24/2014 DE 21 DE NOVEMBRO

----- Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia, foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Ponto de situação de questões abordadas na reunião de 7 de novembro.**

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira questionou o Sr. Presidente sobre o ponto de situação dos assuntos que abordou na reunião camarária do dia 7 de novembro. -----

----- Assim: -----

----- **Posto de Vila Nova de Paiva da Guarda Nacional Republicana (GNR)** – O Sr. Presidente informou que no passado dia 19 do corrente mês realizou-se uma visita técnica ao edifício municipal do posto da GNR, com a participação de técnicos do Ministério da Administração Interna e de responsáveis dos Comandos da GNR, tendo sido efetuado o levantamento das necessidades para efeitos de intervenção. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira regozijou-se com o facto de o assunto estar a ser devidamente encaminhado. -----

----- **Escola do 1.º CEB e Jardim de Infância de Vila Nova de Paiva** – O Sr. Presidente informou que todas as semanas há reuniões de trabalho na Câmara Municipal onde são programadas as intervenções a efetuar, nomeadamente a nível das escolas. Não houve quaisquer reclamações de pais ou encarregados de educação acerca

das condições dos edifícios escolares e, quando as há, são imediatamente programadas as necessárias intervenções. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira referiu que pelo conhecimento pessoal das instalações e por aquilo que houve de pessoas ligadas aos serviços, é notório nomeadamente que chove nos quartos de banho do rés-do-chão, há manchas de humidade em tetos e as janelas do edifício, por antigas e em madeira, estão muito degradadas, o que degrada as condições de isolamento térmico. Sugeriu que fosse feita uma vistoria adequada para verificar as necessidades de intervenção mais urgentes, dado que o edifício, nas atuais condições, está a degradar-se. Se alguém diz o contrário ao Sr. Presidente então é porque há pessoas diferentes naquela escola a dizerem coisas diferentes a uns e a outros. -----

----- O Sr. Presidente afirmou que mantém o que disse e que professores e dirigentes lhe transmitiram. O edifício está em condições e que, com algumas pequenas intervenções, passará a ter boas condições de funcionamento. Para uma intervenção de fundo é necessário haver cofinanciamento do Estado ou de fundos comunitários, que se espera que venham a ser criados no próximo quadro comunitário de apoio. -----

----- **Edifício em construção na Rua Egas Moniz em Vila Nova de Paiva** – O Sr. Presidente informou que foi desencadeado processo de verificação do titular ou titulares do prédio para se proceder à sua notificação formal a fim de serem efetuadas as intervenções consideradas necessárias, nomeadamente a nível da grua ali instalada, por forma a salvaguardar a segurança de pessoas e bens. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira interveio manifestando a sua preocupação em relação à grua, que julga oferecer perigo porventura imediato. Entende que a Câmara Municipal e o seu Presidente deveriam ter uma posição mais firme sobre a matéria já que há questões de segurança em causa. -----

----- **b) Eficiência Energética na Iluminação Pública.** -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo que a CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões vai apresentar uma candidatura ao POVT – Programa Operacional Valorização do Território, designada “Eficiência Energética na Iluminação Pública – Viseu Dão Lafões”, para o conjunto dos municípios associados. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

Ata N.º	24/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia sete de Novembro do ano em curso**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Carlos Mota, por não ter estado presente, aprovar o texto definitivo da ata. --

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) SOSEL - Corretores de Seguros, S.A, com sede em Oliveira de Frades** - Proposta de Protocolo para prestação de serviços na área da mediação e consultadoria de seguros.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo apresentado.-----

----- **b) III Concurso do “Natal nas Rotundas” na Vila de Vila Nova de Paiva** – Apreciação e votação do Regulamento do Concurso – Informação n.º 28/ST/CF/14, de 23.09.2014, da Unidade Social e Cultural USC).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento do Concurso “Natal das Rotundas” 2015, e autorizar a concessão dos respetivos prémios no montante de cento e cinquenta euros (1.º Prémio), cem euros (2.º Prémio) e cinquenta euros (3.º Prémio). -----

----- **c) Mónica Rita Coelho Moreira**, residente na Rua Cónego Manuel Fonseca da Gama, n.º 2, em Vila Nova de Paiva – Por requerimento registado em 30 de Outubro de 2014, apresenta candidatura ao incentivo pecuniário pelo nascimento do 3.º filho e seguintes – Informação n.º 20-SASS-14, de 30.10.2014, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, de acordo com o deliberado e constante em Edital de 23 de Maio de 2007, e face ao informado, autorizar a atribuição do incentivo pecuniário no montante de mil euros, a processar no mês Dezembro. -----

----- **d) Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira** - Por ofício n.º 070, de 20.10.2014, solicitam comparticipação para as despesas de reparação da sede da Junta de Freguesia.-----

----- Presente á reunião o ofício da Junta de Freguesia acima identificado, informando que para a substituição da cobertura da Sede da Junta e revestimento da parede lateral exterior, o montante de despesa ascende a dezassete mil euros. Não tendo a Junta de Freguesia meios financeiros suficientes para o efeito, solicitam o apoio da Câmara Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, e ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão ordinária do dia 27 de Dezembro de 2013, o

Executivo deliberou por unanimidade autorizar um apoio pecuniário no montante de oito mil e quinhentos euros, a pagar em duas prestações mensais iguais e sucessivas nos meses de Dezembro do ano em curso e em Janeiro de 2015.-----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira referiu a questão da dúvida legal acerca da deliberação da Assembleia Municipal.-----

----- **e) Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva** - Por ofício n.º 769 de 11.11.2014 e registado no dia 12.11.2014, solicitam a atribuição de verbas para o funcionamento do 1.º CEB e subsídio no âmbito da realização de eventos e datas comemorativas, como segue: -----

- Material didático para funcionamento do 1.º CEB – três mil e trezentos euros; -----

- Prendas de Natal do Pré-escolar e 1.º CEB – mil e setecentos euros.-----

- Realização do desfile de Carnaval – novecentos euros. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão das verbas solicitadas no montante total de cinco mil e novecentos euros, a processar em três prestações, sendo dois mil euros em Dezembro de 2014, e mil novecentos e cinquenta euros nos meses de Fevereiro e Maio de 2015.-----

----- **f) Proposta das Grandes Opções do Plano (GOP) e Proposta de Orçamento para o exercício de 2015 – Retificação.** -----

----- O Sr. Presidente informou que há possibilidade de eventual candidatura em *overbooking* do projetos de beneficiação do estádio de Vila Cova à Coelheira (projeto 2/252/2015/8) e construção e infraestruturas de arruamentos envolventes à escola EB 2/3 de Vila Nova de Paiva (projeto 3/331/2015/9). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Vereadores Carlos Mota e Cristóvão Ferreira, aprovar a retificação apresentada. -----

----- **g) Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento de Gestão, Funcionamento e Utilização das Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva.** -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **h) Proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 — Taxas de utilização das instalações das Piscinas Municipais.** -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **i) Manutenção da alteração transitória da aplicação de normas do Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 (publicada pelo Edital n.º 267/2013 na 2.ª Série do Diário da República n.º 53, de 15 de março de 2013) – Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 18 de Novembro de 2014.** -----

Ata N.º	24/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 18 de Novembro, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em sessão ordinária que teve lugar no dia 28 de fevereiro de 2013, nos termos dos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa e no uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de dezembro, conjugado com a alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da designada Lei das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de janeiro, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 7 de fevereiro de 2013, deliberou aprovar medidas excecionais de estímulo ao desenvolvimento das atividades económicas, ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, para vigorar nos anos de 2013 e 2014, que se traduziu na redução, para metade, do valor das taxas urbanísticas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, alterado pelo Edital n.º 427/2011 publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 89, de 9 de maio de 2011, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, e na redução para 10% do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º do mesmo Regulamento.

b) Aquelas medidas entraram em vigor em 29 de março de 2013, mediante alteração transitória do Regulamento n.º 890/2010 publicada através do Edital n.º 267/2013 na 2.ª Série do Diário da República n.º 53, de 15 de março de 2013.

c) O desagravamento de taxas foi aplicado aos procedimentos ou processos com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2013 e sobre os quais incidissem apenas taxas não urbanísticas, e a redução das taxas urbanísticas foi aplicada aos procedimentos ou processos requeridos após 29 de março de 2013.

d) Em 31 de dezembro de 2014 caducam aquelas medidas excecionais, que até ao passado dia 14 de novembro se traduziu numa poupança para os agentes económicos, nas operações urbanísticas realizadas, no valor superior a quarenta e quatro mil e quinhentos euros.

e) Aquelas medidas de estímulo foram então justificadas atendendo ao quadro evolutivo da conjuntura económica nacional, que apontava para uma contração acentuada da atividade económica, devido nomeadamente às medidas de austeridade preconizadas no Memorando de Entendimento acordado em 2011 entre a República Portuguesa e a troika formada pelo FMI, BCE e UE.

f) Tendo cessado em maio de 2014 o período de intervenção do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), e muito embora as projeções da evolução da economia nacional para o ano de 2015 se anunciem serem positivas, certo é que tal só ocorrerá provavelmente se as economias dos países da UE evoluírem ainda mais favoravelmente, em particular as economias dos países com quem Portugal tem maiores relações comerciais, o que não é pacífico que venha a suceder.

g) Importa, neste contexto, ao nível da economia local, equacionar pela manutenção ou não das medidas excecionais tomadas e em vigor até ao final do corrente ano, por forma a continuar a dar algum estímulo ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, bem como ao desenvolvimento das atividades económicas.

h) A Assembleia Municipal é o órgão com competência regulamentar para a criação de taxas municipais, bem como para a fixação dos respetivos quantitativos, como estipula o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, conjugado com alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º do atual regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, competindo à Câmara Municipal a elaboração e submissão das mesma à aprovação daquele órgão deliberativo como estabelece a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo regime.

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, para submissão à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da mesma lei, nos termos que se seguem:

1.º) Autorizar que o agravamento de taxas em dobro a que se refere o n.º 2 do art.º 31.º do Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, se mantenha, durante o ano de 2015, reduzido para dez por cento.

2.º) Nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2015, e durante todo este ano, o valor das taxas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, à exceção das taxas

Ata N.º	24/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

previstas nos capítulos I e XXII, seja reduzido nos termos a definir pela Câmara Municipal.”

----- Foi também presente à reunião a Informação SR-26/2014, de 14 de Novembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), dando conta do montante resultante da redução das taxas urbanísticas no período de 8 de Abril de 2013 a 14 de Novembro do ano em curso.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, foi deliberado por unanimidade aprovar o ponto 1.º da proposta do Sr. Presidente e, em relação ao 2.º ponto da proposta, manter para o ano de 2015 a redução em 50% das taxas urbanísticas incidentes em processos de operações urbanísticas desencadeados durante o ano de 2015, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **j) Proposta de nomeação da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa do Município de Vila Nova de Paiva no âmbito do disposto nos artigos 76.º e 77.º do regime financeiro das autarquias locais.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 19 de Novembro, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de Novembro, foi aprovado o novo regime financeiro das autarquias locais (doravante RFAL) e das entidades intermunicipais, entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2014, sendo revogados a designada Lei das Finanças Locais (LFL) aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, bem como o Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de Junho;

b) De harmonia com o n.º 3 do art.º 76.º do RFAL, os documentos de prestação de contas são remetidos à assembleia municipal para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas (ROC) ou sociedade de revisores oficiais de contas (SROC), nos termos previstos no art.º 77.º da mesma lei.

c) Estabelece o n.º 1 do art.º 77.º do RFAL, que o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

d) Compete ao auditor externo, que procede anualmente à revisão legal das contas, de acordo com o n.º 2 do mesmo art.º 77.º do RFAL:

i) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

ii) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos (PPI) do município;

iii) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;

iv) Remeter semestralmente à câmara municipal e à assembleia municipal informação sobre a respetiva situação económica e financeira;

v) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

e) Compete, ainda, ao auditor externo, de harmonia com o n.º 4 do mesmo art.º 77.º do RFAL, pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

f) A contratação da prestação de serviços de um ROC ou SROC para efeitos de certificação legal de contas nos termos dos artigos 76.º e 77.º do RFAL, terá que obedecer ao disposto nos artigos 10.º e 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, entrada em vigor em 1 de setembro de 2014, conjugados com as disposições do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro.

g) Tendo em consideração as características das tarefas previstas no n.º 2 do art.º 77.º do RFAL, o contrato a celebrar será na modalidade de contrato de avença nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 10.º da LTFP, que se caracteriza por ter como objeto a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar.

h) Na sequência de consulta efetuada, por meu Despacho de 14 de novembro de 2014, por ajuste direto ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do art.º 16.º e alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP, na redação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, adjudiquei a prestação de serviços de auditoria externa no âmbito dos artigos 76.º e

Ata N.º	24/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	

77.º do RFAL, à firma *Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda*, pessoa coletiva registada sob o número 502 525 410, como sede em Bragança, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, ficando a adjudicação condicionada à nomeação da sociedade como auditora externa do Município pela Assembleia Municipal.

i) A adjudicação é válida pelo período de um ano a contar do primeiro dia do mês seguinte ao da nomeação da SROC pela Assembleia Municipal, sem prejuízo de ser eventualmente prorrogável por igual período, até ao limite máximo de três anos, ao abrigo do art.º 440.º do CCP, por remissão do art.º 451.º do mesmo código.

j) A adjudicação foi pelo preço contratual de € 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros), a que acrescem € 1.242,00 (mil duzentos e quarenta e dois euros) correspondente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa de 23%, o que totaliza a importância de € 6.642,00 (seis mil, seiscentos e quarenta e dois euros), traduzindo-se numa avença mensal, com IVA incluído, no valor de € 553,50 (quinhentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos), conforme Proposta da firma datada de 5 de novembro de 2014.

Nesta conformidade, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere, ao abrigo do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de Novembro, aprovar a presente proposta, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, para nomeação da firma *Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda*, como auditora externa do Município no âmbito dos artigos 76.º e 77.º da mesma lei.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal para nomeação da SROC em causa. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, doze horas e vinte e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

[illegible]